

Bulhões não quer gradualismo

O ex-ministro da Fazenda, Octávio Gouvêa de Bulhões, disse ontem que o Brasil não pode insistir mais no sistema gradualista de combate à inflação a partir de redução dos investimentos. Em palestra que proferei durante almoço da Câmara Britânica do Comércio, Bulhões afirmou que há 20 anos a sociedade brasileira vem sofrendo a conseqüência da política gradualista de combate à inflação e, nos últimos anos, passou a ser onerada também pelos custos da recessão.

"Na situação a que chegamos, é melhor correr os riscos da eliminação abrupta da inflação sem insistir mais no gradualismo que impõe sacrifícios sem garantia de bons resultados. Os agricultores dificilmente aceitariam medidas mais drásticas para atacar o problema mas eles precisam compreender que poderíamos acabar com a inflação em benefício da indústria, da agricultura e dos trabalhadores. E, se nada der certo, então o melhor é importar mrs. Thatcher." Os executivos presentes, em sua maioria representantes de filiais de empresas britânicas, aplaudiram a referência à política conduzida pela primeira-ministra Margaret Thatcher.

Com a alta dos juros, liderada pelos títulos públicos "a poupança é carreada para o mercado financeiro, deixando a produção desamparada de financiamento, principalmente, de capital próprio. Agrava-se pois a recessão e o número de desempregados aumenta". Bulhões lembrou que a política de concessão de auxílios e subsídios foi adotada pelos Estados Unidos, no início da década de 30, por inspiração do economista John Maynard Keynes. "O que se idealizava como instrumento de reativação de uma economia deprimida, transformou-se em rotineira e crescente expansão de poder de compra."

Essa política, praticada atualmente no Brasil, é responsável pela expansão excessiva da base monetária para atender à demanda de recursos provocada pelo aumento do sal-

do de empréstimos do Banco do Brasil além de suas possibilidades. Para atender a esses acréscimos, o governo, além de expandir a base monetária, pressiona o mercado financeiro com a colocação de títulos a juros altos.

AS CAUSAS

Bulhões explicou que existe hoje um ciclo vicioso que precisa ser rompido e isso só poderá ser feito com o congelamento do saldo dos empréstimos concedidos fora das previsões do orçamento monetário: "Se dá mais crédito porque o custo de produção aumentou, e o custo de produção aumentou porque se deu mais crédito".

Se o governo evitar a expansão desses empréstimos e retirar os subsídios, a inflação baixará, não haverá mais necessidade de correção monetária e a oferta de emprego será reativada. Num texto preparado previamente e que durante a palestra não foi seguido literalmente, Bulhões afirma:

"Persistindo o desequilíbrio orçamentário, o governo procura aumentar sua receita, mediante a oferta de títulos, cuja venda é assegurada pela elevação da taxa de juros. Essa elevação, decorrente do esforço na colocação dos títulos, desestimula os investimentos, ocasionando desemprego".

"A retirada dos subsídios ao crédito e um controle mais rígido da expansão dos saldos dos empréstimos oficiais — disse Bulhões — contraria a expansão da base monetária, com a conseqüente reversão de expectativa da elevação dos preços: Os produtores vislumbrariam uma tendência à estabilidade do custo de produção e queda da taxa de juros, elementos favoráveis à cessação da alta dos preços. Essa tendência à estabilidade tornaria a correção monetária em desuso e estariam livres das enormes complicações do expurgo dos índices que se impõe enquanto insistimos em soluções parciais e gradualistas."